

Transcrição da intervenção do Secretário-Geral da CGTP-IN na Grande Assembleia de Dirigentes e Activistas Sindicais realizada na Aula Magna da Universidade de Lisboa, em 01 de Outubro de 2010

Manuel Carvalho da Silva

Queridos e Queridas Camaradas,

Este dia, 1 de Outubro de 2010, é um grande dia para todos nós dirigentes sindicais, para as trabalhadoras e os trabalhadores portugueses, mas também, para a sociedade portuguesa e para o país. A CGTP-Intersindical Nacional é uma Central Sindical que, emanando dos trabalhadores, das suas lutas nos locais de trabalho, nos diversos sectores de actividade, sempre assumiu uma cultura e práticas sindicais transformadoras, que associam a afirmação dos direitos e interesses dos trabalhadores à defesa dos interesses do país, à construção de uma sociedade mais justa e de um futuro melhor para todos, em particular para as novas gerações que, justamente, anseiam ver esse futuro com mais qualquer coisa do que aquilo que recebem da geração anterior. Continua a ser esse o nosso objectivo: construir um amanhã melhor.

A CGTP faz 40 anos! Saudamos os trabalhadores portugueses que com a sua participação lhe têm dado sustentação e força. Saudamos as gerações de activistas e dirigentes sindicais que conseguiram, com sentido objectivo e muita eficácia criar, fazer desenvolver e conduzir, na acção do dia-a-dia, esta grande Central. Saudamos as diversas gerações de dirigentes aqui presentes. Temos a alegria de ter entre nós alguns dos camaradas que estiveram nas movimentações e lutas que deram origem às reuniões Intersindicais, outros que foram entrando nas reuniões Intersindicais, e muitos outros que estiveram nas diversas fases destes percurso de 40 anos. A todos eles, em nome deste grande colectivo, um grande abraço e um obrigado pela Vossa dedicação, pelo Vosso esforço.

Não quero referir nomes desses dirigentes que com grande visão estratégica iniciaram este grande projecto CGTP-IN, porque se referir nomes esqueço-me de uns quantos e sou profundamente injusto. Mas não nos esqueçamos que alguns pagaram esse seu empenho com grandes sacrifícios pessoais e das suas famílias, inclusive com anos de prisão. Fizeram esse enorme sacrifício por esta causa que hoje continuamos a protagonizar, tão importante para os trabalhadores e para o país. Esta referência é um momento que nos sensibiliza mas é sempre importante reflectir sobre isto: há homens e mulheres que têm esta dimensão de dar tudo da sua vida em favor de causas superiores do colectivo da sociedade. A todos eles, mais uma vez, o nosso obrigado.

Camaradas, queremos saudar aquilo que tem sido o vosso empenho e esforço na acção e luta sindicais, deixando essa saudação extensiva a milhares de militantes que não estão aqui e, acima de tudo, queremos saudar a disponibilidade e a confiança que os trabalhadores têm depositado na sua Central.

Nós realizámos no último ano um período de grandes manifestações, mas também de pequeninas e grandes lutas que obrigam a muito sacrifício mas que mobilizam, que mexem com o funcionamento da sociedade, que são um contributo indispensável para a transformação social e política. Tivemos, entretanto, ainda há dois dias, mais uma jornada de luta muito importante, com milhares e milhares de trabalhadores a fazerem greve para

participarem nas manifestações, ou para marcarem o seu protesto perante os patrões, face às injustiças de que são vítimas.

Com efeito o dia 29 de Setembro foi uma grande jornada de luta, os trabalhadores estão de parabéns. Foi uma jornada de luta integrada numa dinâmica europeia de luta sindical. Nesta Europa submetida e intérprete do neo-liberalismo, apesar da situação difícil em que se encontram os trabalhadores, estes dão sinais de não se resignarem e apontam caminhos novos, caminhos de futuro. Esta mobilização laboral, esta mobilização social vai prosseguir e havemos de conseguir dar a volta à situação. Por isso dizemos: vivam os trabalhadores, viva a CGTP pelo seu contributo no plano nacional e europeu.

Camaradas, estamos hoje aqui, depois de termos reunido os órgãos de direcção da Central. Realizaríamos sempre esta Grande Assembleia mas na situação presente, impunha-se uma forte reflexão prévia sobre a situação que vivemos que, como sabemos, é uma situação complicada, de muitos problemas para os trabalhadores e trabalhadoras e para o povo. Tivemos debates profundos no seio da Comissão Executiva, no seio do Conselho Nacional, reflectindo sobre esses problemas e a forma de lhes dar resposta, o que implicou analisar as suas causas e as suas origens, porque senão não há respostas eficazes. Como nos dizia José Saramago, *«somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir»*.

Para fechar estes debates, realizamos ontem uma reunião do Conselho Nacional. A primeira coisa que quero transmitir-vos é que o Conselho Nacional da Central – que julgo ter sido o Conselho Nacional mais participado neste mandato – decidiu, por unanimidade, propor aos trabalhadores e trabalhadoras deste país a realização de uma Greve Geral, a 24 de Novembro. Esta decisão é um grande desafio que queremos esteja presente desde o primeiro minuto do debate que aqui vamos fazer.

Permitam-me que vos transmita integralmente o tópico fundamental da decisão, porque os outros ainda terei tempo de falar neles: “propor aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, a realização, a 24 de Novembro, de uma Greve Geral, procedendo-se de imediato à realização de reuniões, plenários e outras formas de consulta aos activistas sindicais e aos trabalhadores nos locais de trabalho, para auscultação, confirmação e responsabilização inerentes à concretização desta luta com êxito”.

O que queremos dizer com esta decisão e propostas? Nós, dirigentes, temos consciência, sem qualquer exitação, de que é necessário realizar esta Greve Geral, temos a determinação necessária para a fazer com grande êxito, mas queremos que os trabalhadores e activistas sindicais participem no processo de decisão e de construção desta greve desde o primeiro momento, porque esse é um direito seu e uma prática indispensável nesta CGTP-Intersindical Nacional. Os trabalhadores e os seus activistas são os protagonistas primeiros; a direcção não tem dúvidas da necessidade, das condições, e da possibilidade de realização desta grande greve, mas quer fazê-la de forma participada, com todos!

Desde hoje até 14 de Outubro, queremos que vós, homens e mulheres dirigentes sindicais que estais aqui e todos os nossos milhares de activistas vão para o terreno, discutir com os trabalhadores a sua necessidade e os objectivos a assumir. E que durante estas duas semanas se ampliem os compromissos dos trabalhadores para a realização da greve. Temos de construir um clima de empenho, um clima de responsabilização, inclusive sobre as formas de, em concreto, organizar a greve em cada empresa e serviço, e vamos ser capazes de o fazer. Contamos convosco para efectivar este objectivo.

Camaradas, permitam-me desde já dois acrescentos. Como aqui vamos ver os problemas são imensos, exigem uma enorme acção de esclarecimento: os trabalhadores, em particular aqueles que têm mais baixos salários e que vivem em condições de mais precariedade, estão metidos em espartilhos muito complicados. Nós sabemos que os medos são muitos porque é grande a repressão e a precariedade, porque as pessoas vivem em grande dificuldade. A campanha ideológica do neo-liberalismo sobre as inevitabilidades dos sacrifícios sem fim para o povo, os impactos disso são muito fortes. Mas nós somos capazes de responder agindo numa acção de esclarecimento, numa intervenção que tem que ser disseminada por todo o país com os temas mais importantes para todos os trabalhadores e, a partir daí, fazer a mobilização.

Fazer a mobilização, com um forte sentido de unidade. E por isso ontem também decidimos que, “com um sentido de responsabilidade e respeito recíproco, propomos uma forte unidade de acção a todas as organizações sindicais que demonstrem preocupação com os problemas que os trabalhadores e o país se deparam e manifestem disponibilidade para lhes dar combate em acções sectoriais, bem como nesta greve geral, afirmando-se caminhos alternativos e caminhos justos para a sociedade portuguesa”.

É com este espírito aberto e com uma forte disponibilidade de trabalharmos a partir da concepção que cada trabalhador tem sobre como ser protagonista deste processo de exigência de mudança, que partimos para esta Greve Geral. A direcção não se enganou, sei que podemos dizer: contamos convosco, vamos fazer uma grande Greve Geral.

Camaradas, ao arrancarmos para este grande e empolgante desafio devemos olhar, nesse exercício de memória que é sempre preciso fazer, quais são as condicionantes e as potencialidades que surgem a cada momento. Num texto que ides receber, num dos parágrafos sobre os 40 anos da Central, diz-se o seguinte: "As lutas dos trabalhadores, nas suas formas e objectivos e, conseqüentemente, a acção do Movimento Sindical como sua expressão organizada e dirigente não são intemporais. Elas são sempre determinadas pelas condições concretas de cada momento, pelas etapas de desenvolvimento social, pelas co-relações de forças que se vão construindo, pela ofensiva mais ou menos intensa do patronato, pelos níveis de organização e consciência dos trabalhadores, pela sua preparação e disponibilização para a luta pelos seus interesses imediatos, mas também pela existência de projectos políticos mais gerais, que tenham como objectivo a construção de uma democracia política, económica social e cultural em que se conjugam o respeito pelos direitos humanos com a evolução sustentada em todas as dimensões da vida humana na valorização do trabalho e na dignificação dos trabalhadores, na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes".

É este o enquadramento que hoje nos interessa à partida tomar e a partir daqui ver, em relação a cada uma destas dimensões, quais são os problemas concretos. Esta é a grelha de partida.

Como se diz neste texto, as lutas são sempre condicionadas pelas condições concretas de cada momento e como vamos ver as condições actuais são difíceis: a precariedade, o desemprego, os cortes nos apoios sociais, a exploração desmedida de trabalhadores e população mais desprotegida, limitações profundas no processo de desenvolvimento do país.

Dizemos que as condições de luta são determinadas pelas etapas de desenvolvimento social e, camaradas, neste momento, na nossa sociedade, fruto dessa campanha ideológica neoliberal profundamente retrógrada desta fase do capitalismo, há como que uma espiral regressiva em construção todos os dias. Procuram levar os que menos têm à situação de quebra de esperança, encostá-los à parede, impondo-lhes sacrifícios e mais sacrifícios. Desenvolvem teorias de que o desempregado é um privilegiado porque recebe um subsídio, que o

pensionista é um privilegiado porque os outros estão a pagar impostos para ele receber a pensão, que o trabalhador com precariedade é um privilegiado porque já tem trabalho, que um reformado sem condições de sobrevivência se tiver um apoio social já é um privilegiado. Ora, estas camadas da sociedade ganham muito pouco, ou têm baixos rendimentos. Lembremo-nos que temos mais de metade das famílias portuguesas que vivem com rendimentos até 900 euros, ou seja, temos mais de 5 milhões de portugueses que vivem com rendimentos em níveis inferiores de subsistência, muitos na pobreza e outros abaixo da pobreza. Sobre estes descarregam esta teoria de que são eles os privilegiados e, com isto, ao som da ladainha das inevitabilidades do sacrifício - porque como falsamente dizem “a crise toca a todos” - procuram quebrar-lhes a confiança e desencadeiam a tal espiral regressiva, em que até parece haver razão para tirar alguma coisa a quem já pouco tem, por haver sempre quem não tenha nada. E, depois, nós vemos surgirem com facilidade na sociedade construções negativas nas discussões, designadamente, entre trabalhadores: se um tem mais qualquer coisa dizem: não, tu tens que deixar de ter porque eu ainda estou pior!

Quando a sociedade entra nesta espiral regressiva de uma pretensa igualdade sempre na regressão: primeiro, já mais haverá igualdade; segundo, há um caminhar da sociedade para o fosso. Mas é com isto que os poderes económico e político alimentam e prolongam o seu poder. Nós temos de sacudir esta situação.

Nós sabemos que é difícil a organização e manifestação dos precários, que é difícil a manifestação da juventude, a quem só dão precariedade e baixíssimos salários e a quem quebram a esperança dizendo-lhes que não podem ter projectos de vida estruturados porque para eles tudo vai ser provisório no trabalho e fora do trabalho. Isso cria-lhes enormes limitações. Nós temos que romper com isto, temos que ajudar estas camadas da população a despertarem e a verem que o caminho não é puxar a sociedade para baixo. O caminho é questionar e afrontar aqueles que detêm a riqueza e o poder, aqueles que se apropriam indevidamente da riqueza, exigir uma mais justa distribuição dessa riqueza. Exigir melhores as condições de vida, afirmar, pelos factos concretos, pela expressão dos protestos e pela luta colectiva, que os desempregados, os precários, os pensionistas, os que recebem o SMN, ou o comum dos trabalhadores não são os privilegiados, mas sim os sacrificados do sistema.

Há camaradas que com muita sinceridade colocam situações que expressam o atrofamento em que se encontram os trabalhadores perante estas campanhas neoliberais. No trabalho sindical, cada uma e cada um de vós, ao dirigir-se aos trabalhadores, por exemplo, para discutir salários, ouve destes, ou até de outras pessoas que já não estão no activo, uma interrogação: melhorar os salários? “Eu vivo com 400 euros, os outros também têm de sacrificar-se. O sacrifício é para todos!” Não entendem quem está a apodera-se da riqueza, quem está a beneficiar do seu sacrifício e escorregam para uma perigosa espiral regressiva. São estas lógicas que nós temos de quebrar. Em situações de grande crise é este o cenário mas, apesar de ser difícil, é rompendo com este cenário que se resolve o futuro.

Desde logo se nos coloca então um grande desafio nesta Greve Geral: precisamos e queremos todos os trabalhadores, sindicalizados ou não sindicalizados, com qualquer tipo de vínculo de trabalho e de todas as gerações a participarem neste processo de construção e realização da Greve Geral de 24 de Novembro. Temos que reforçar o nosso esclarecimento e a nossa intervenção nesta massa imensa da sociedade portuguesa que está aprisionada para sustentar um sistema injusto, um sistema que concentra cada vez mais a riqueza e gera mais injustiças. É um desafio que, com certeza, vamos pegar com muita força nesta greve, rompendo barreiras e criando esperança.

Naquela grelha de partida, como eu lhe chamei, nós dizemos que o êxito das lutas dos trabalhadores se determinam pelas co-relações de forças que se vão construindo e pela ofensiva mais ou menos intensa do patronato. Ora, não temos dúvidas em assumir, que hoje as relações de força entre capital e trabalho são altamente desfavoráveis aos trabalhadores, e existe um desequilíbrio crescente. A unilateralidade do poder patronal é um facto no estabelecimento das relações de trabalho nas mais diversas dimensões. E isto acontece, isto foi-se tornando assim, porque o poder político que temos tido ao longo de décadas, conscientemente, optou por esse caminho de intensificação da exploração dos trabalhadores e de lhes enfraquecer o seu poder colectivo. Alguns, embora dizendo que não são por essas políticas e práticas vão cedendo em nome de que não há nada a fazer, em nome das inevitabilidades. Que desgraça o comportamento da social democracia nas últimas décadas em relação a este aspecto! Foi por isso que vimos as relações de força a desequilibrarem-se: foi pela destruição de laços fundamentais de estabilidade e segurança no emprego, pela subversão da legislação do trabalho, pela sobreposição do poder económico e financeiro ao poder político, foi pelo predomínio da especulação sobre a economia real. Tudo isto foi sendo desenvolvido, mas com muita determinação temos que dizer que não se pode continuar a caminhar por aqui.

Também sabemos que estas relações de força também não se vão alterar apenas por as denunciarmos, por denunciarmos o seu desequilíbrio, embora seja indispensável a denuncia. Elas alterar-se-ão pela nossa acção. Quando uma equipa está a perder, se quer ganhar, não resolve o problema ficando a protestar contra a que está a ganhar, tem é de reconhecer que está a perder e dar corda aos sapatos para conseguir marcar golos, para reequilibrar e ganhar a partida. Este é, então, outro desafio que se nos coloca nesta Greve Geral. Ela tem que ser um contributo para alterar as relações de forças que existem no terreno, nas relações entre os trabalhadores e os patrões, o capital.

Dizemos que as lutas dos trabalhadores se definem, também, pelos níveis de vida, pelos níveis de organização e consciência dos trabalhadores e pela sua preparação e disposição para a luta em defesa dos seus interesses imediatos. Ora, tendo consciência do desgaste do Movimento Sindical, e sabendo das suas causas, temos a certeza de que somos uma grande força e de que o Movimento Sindical tem uma génese muito sólida assente no lugar que o trabalho ocupa na sociedade e no valor do trabalho. É a centralidade do trabalho na sociedade e os seus valores que sustentam o avanço da sociedade e, portanto, o sindicalismo é instrumento e campo de acção para o futuro, em particular para as gerações jovens. Vamos transformar este trabalho pela Greve Geral num avanço da capacidade de organização e vamos, já na preparação da greve, dar essa corda aos sapatos para que a sindicalização e a força sindical se reforcem no maior número de empresas e serviços.

Camaradas, dizemos ainda, que as condições da luta dos trabalhadores dependem da existência de projectos políticos mais gerais, e é verdade. E nós sabemos que esse é um défice actual. Muitas vezes corre-se o risco de a luta social se ir esgotando nela mesma durante uns tempos, por falta de projectos políticos que estejam credibilizados, que a sociedade assuma como projectos que possam incorporar essa dinâmica social. Mas, sabemos também, outra coisa: é neste caldeirão social em que nos movimentamos, no qual somos actor importante, que se geram as condições para as alternativas políticas. A nossa agenda política vai pois estar bem presente nas nossas lutas próximas e em particular nesta grande Greve Geral de 24 de Novembro.

E depois, não esqueceremos a utopia de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem. Vamos trabalhar pela igualdade e pela solidariedade, pela justiça social, pela democracia, vamos dizer que é possível e indispensável encontrar alternativas. Nós não

estamos condenados a viver eternamente neste sistema capitalista. Agora temos que agir nele, nestas condições concretas em que estamos. Ai de nós que não tenhamos a consciência dos nossos problemas e do sistema que está a funcionar, mas temos de ser exigentes nas nossas reivindicações, forçar reformas, sempre sem colocarmos de lado a luta por rupturas e a perspectiva de um outro sistema político mais justo. É possível uma sociedade melhor e vamos continuar a lutar por ela, apresentando essa mensagem, em particular, às jovens gerações.

Camaradas, no documento que vos vai ser distribuído é dito que a CGTP-IN, pela sua natureza enquanto organização de classe, pelos objectivos programáticos por que se orienta, pela acção desenvolvida em favor dos trabalhadores e do país e pelos valores que transporta, designadamente valores internacionalistas que reivindica e pratica, assume, justamente, o título de herdeira e continuadora das melhores tradições do movimento operário e sindical português. Não o dizemos de forma leviana, analisamos a fundamentação de tal afirmação.

Uma das coisas que vamos trazer ao conhecimento de todos vós e da sociedade nos próximos meses - com o contributo de ex-dirigentes sindicais que trabalharam meses e meses a fio para construir reflexões sólidas - são dois livros, um dos quais traz contributos para a história do Movimento Sindical, desde as suas origens até 1977 e, um outro, a cronologia dos principais acontecimentos sindicais destes 40 anos. Nessa reflexão e registos, feitos de forma muito delicada e empenhada por ex-dirigentes sindicais, com a colaboração de alguns dos que ainda estamos no activo e com funções de direcção, será confirmada a verdade daquilo que eu acabei de dizer.

Ao fazermos 40 anos, é importante sabermos de onde vimos, quem são os nossos antepassados e os seus projectos, para nos projectarmos no futuro. O caminhar das Associações de Classe (mais tarde sindicatos) foi sendo construído com múltiplos contributos.

Quando vamos analisar as origens e o percurso do movimento sindical, ainda na primeira metade do século XIX, vemos as primeiras Associações de Classe a pegarem em causas e conceitos que vinham de trás para os renovarem e relançarem com novos conteúdos, projectando a sociedade do futuro. Pegam no conceito de fraternidade da sociedade medieval e retributam-no sobre uma sociedade industrial, provocando o surgimento de outros conceitos, como o conceito socialista de solidariedade associado às novas condições de trabalho e à massificação da condição de operário.

Na segunda metade do século XIX surgem contributos dos socialistas, do pensamento socialista e da sua acção, que foram tendo evoluções, o contributo dos republicanos, o contributo dos anarquistas, do Movimento Anarquista que surge um pouco mais tarde, nas últimas décadas do séc. XIX. E mais tarde ainda, a fechar o séc. XIX e a passar para o séc. XX, o contributo dos intérpretes da Doutrina Social da Igreja, passada por alguns para o campo da acção e da solidariedade entre todos os trabalhadores.

Na passagem do séc. XIX para o séc. XX foi-se afirmando o sindicalismo revolucionário, muito impulsionado, na sua génese, pelo Movimento Anarquista. Nele se incorporam outros que lhe vão moldar concepções e introduzir práticas diversificadas. O Movimento Sindical em Portugal vai-se desenvolvendo na luta contra as injustiças e pela dignidade dos trabalhadores, combatendo o velho regime e lutando pela República, e depois, contra algumas políticas anti-trabalhadores e contra práticas anti-sindicais da República. Tem uma atitude de resistência ao fascismo de uma generosidade extraordinária. Aqui e ali com uma ou outra contradição face ao contexto histórico muito complexo que se viveu, foi-se projectando de geração em geração e manteve acesa a chama da necessidade contínua de resistência ao fascismo e da luta pela democracia social, cultural e política.

A sua caminhada prossegue e, diga-se, com verdade, que um grande contributo para a evolução do Movimento Sindical Revolucionário nas décadas de 40 e 50 veio da reorganização e dos impulsos para a acção do Partido Comunista. Depois, também, com grande empenho, a partir da década de 50, surge a intervenção coerente e com visão estratégica dos movimentos progressistas da acção católica como mais um importante contributo. São estas duas forças organizadas - que não apagam a participação de todos os outros, que eram muitos e na maioria não se identificavam estrutural e organicamente nestes dois grandes grupos – as principais obreiras da Intersindical, dado o papel relevante dos sindicalistas seus militantes. As reuniões Intersindicais nascem da experiência da luta dos trabalhadores, são fruto dessa luta, mas interpretada por activistas sindicais, por dirigentes sindicais (temos no nosso seio alguns deles) que perceberam a situação e a souberam interpretar, que tiveram visão estratégica e deram dimensão à convergência, à unidade na acção e também à unidade orgânica.

Temos de pegar nas experiências dos trabalhadores e dos dirigentes dessas gerações, e, perdoem-me, sempre menciono alguns dos presentes: o Calarrão, como símbolo do sacrifício de homens e mulheres que como ele, nos campos do Ribatejo e do Alentejo, no final da década de 40 e nas décadas de 50 e 60, tantas conquistas conseguiram numa situação tão difícil. E o contributo dos que trabalharam temas sindicais fundamentais na fase de aproximação às primeiras reuniões intersindicais e na realização destas como o Pinela, o Daniel Cabrita, o Candeias, o Kalidás, o Cartaxo, e outros aqui presentes. E depois, a geração à qual pertença - ainda estamos nesta sala muitas dezenas - que logo a seguir ao 25 de Abril tivemos de tomar em mãos a continuação, a dinamização e direcção deste extraordinário projecto sindical.

Ainda ontem estava na apresentação de um livro e dizia-se, com a-propósito, que nesse caldeirão da luta social e política da oposição ao fascismo se trabalhou bem e se produziu tanto que, quando surgiu o 25 de Abril se registou uma coisa espantosa: em Portugal não houve nenhuma crise de qualidade de intérpretes para o exercício do poder. A sociedade estava preparada, tinha quadros, tinha homens e mulheres capazes de serem excelentes deputados, excelentes autarcas, excelentes dirigentes políticos, excelentes dirigentes sindicais, excelentes gestores em várias áreas. Excelentes dirigentes sindicais que contribuíram para que o 25 de Abril fosse uma revolução e Portugal democrático se afirmasse, se projectasse, interna e internacionalmente. Hoje as feridas são muitas, mas muito se avançou pela excelente construção que resultou desses contributos em que o Movimento Sindical, os trabalhadores, tão bem estiveram na primeira linha.

Camaradas, a CGTP-IN nasceu assim, a CGTP-IN não é uma construção política feita do exterior para o seio dos trabalhadores, como outras organizações. É uma criação da luta dos trabalhadores e de dirigentes sindicais forjados nessa luta, com visão estratégica, com coerência e com um enormíssimo espírito de tolerância e, repito, com capacidade de construção da unidade. É bom registar-se isto porque a unidade é uma marca vital da CGTP-IN, da Intersindical, desde a sua génese. E estes camaradas que aqui referi foram intérpretes, protagonistas da sua concretização. A CGTP nasceu de baixo para cima, ou seja, da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho para a construção de uma estrutura global e nacional, nasceu de dentro para fora, porque a sua prática é sempre discutir os problemas a partir das condições concretas dos trabalhadores e trazê-los para o debate amplo dos problemas gerais da sociedade, ligando o social, o económico e o cultural ao político.

Foi também ancorados nessas experiências que ontem, antes de tomarmos a decisão de hoje vos propormos uma Greve Geral, e na certeza de que estais de acordo com a proposta e de que vamos fazer uma grande Greve Geral, se registou uma observação para aqui vos

transmitir: esta Greve, na sequência da tradição e da prática da CGTP-IN, das provas dadas pelo seu trabalho, será uma greve em favor dos trabalhadores, mas também em favor do povo e em particular dos jovens, em favor do futuro do país. Se há tempo em que estes factores se conjugam, ele é seguramente aquele que estamos a viver. O país está carente de um aumento de mobilização e participação dos cidadãos e é isso que nós vamos conseguir fazer com o nosso contributo. A experiência histórica mostra, de uma forma inequívoca, que as justas aspirações e reivindicações dos trabalhadores se conquistam lutando e intervindo de forma organizada e constante.

Camaradas, nós não alienamos nem nos alheamos de nenhum dos direitos de participação dos trabalhadores e das suas organizações. Damos a maior valorização à participação institucional porque ela é uma conquista, é um direito dos trabalhadores, não foi oferecida; podem tentar utilizá-la para manipular e aprisionar as organizações, mas isso é uma outra coisa. Dizia eu que não alienamos nenhum dos espaços nem das condições de intervenção, mas como herdeiros desse movimento sindical revolucionário, reivindicativo, que transforma a sociedade, nós sabemos que ou há acção, ou há interpretação dos interesses dos trabalhadores e luta por eles, ou não há sindicalismo efectivo.

Sabendo que, em particular, em períodos históricos como este que estamos a viver as coisas mudam por uma intervenção que force a convergência entre reformas e roturas, nós prosseguiremos apontando o caminho da luta aos trabalhadores. Com esta consciência: a luta nunca é definitiva e nem é sempre feita da mesma forma, mas aí dos trabalhadores ou aí dos povos que pensem que atingido um determinado patamar de consolidação dos seus direitos, ou de valores da democracia, está resolvido o problema e podem descansar ou limitar-se a seguir o poder instituído. Por isso repito que ou se dá vida contínua à participação, à acção e luta sócio-política, ou não há continuidade dos processos no sentido do progresso. É esta mensagem também que é preciso passar aos trabalhadores e à sociedade portuguesa.

Por esta razão uma outra coisa que se nos coloca, quando dizemos que esta Greve Geral de 24 de Novembro é do interesse do país, é termos de ir para a sociedade discutir e mobilizar a sociedade. Lá está um dos outros elementos que já referi relativo à génese da CGTP: nós agimos de dentro para fora, dos locais de trabalho para a sociedade. Então é isso que também vos apelamos que façam: multiplicação de contactos, o alerta e apelo a instituições, a organizações diversas. Vamos dizer: é preciso tomarmos nas nossas mãos o destino do país, não se pode continuar pelos caminhos em que nos encontramos, porque por aí vamos para o abismo.

Camaradas, já vos referi que esta evocação dos 40 anos é uma evocação que nos obriga a um exercício de memória e estamos a tratar dele, mas obriga-nos também - e daqui para a frente, cada vez mais, pois o 12º Congresso da Central está a aproximar-se - a uma outra coisa: sermos muito audaciosos na discussão dos problemas do presente para projectar e construir com segurança o futuro. Não há volta a dar, temos uma base extraordinária, muitos contributos ao longo do percurso, uma extraordinária aquisição, mas temos de tornar o presente e com muita frontalidade discutir, ver os problemas com que estamos e definir objectivos, caminhos e formas de organizar e intervir que consigam ser vitoriosos. Há grande confiança e esperança em todos vós, homens e mulheres que constituem este enorme colectivo. Com este colectivo vai ser possível confirmar e engrandecer a CGTP-IN.

Agora algumas notas muito rápidas sobre aspectos que também justificam as nossas opções. A primeira é sobre a situação política: nós estamos numa situação muito complicada, mas essa situação tem causas e tem responsáveis. Estamos numa situação de sacrifícios injustos, de políticas que comprometem o futuro. Na fase de preparação de um Orçamento de Estado que

se perspectiva como mais um rol de malfeitorias contra o povo português. Por aquilo que já se desenha, estamos também na aproximação a umas eleições presidenciais para as quais vale a pena olhar, pois o que está em marcha é uma reeleição sem debate eleitoral típico de uma democracia. E isso é perigoso!

Em democracia uma eleição pressupõe apresentação de propostas concretas, transparência nas opções, projectos, ideias claras e muito debate. Por exemplo, vemos agora nas eleições brasileiras, onde há um Presidente da República que não pode ser candidato, mas até tem um apoio da sociedade brasileira a rondar os 80%, a vir para o terreno discutir, a polemizar, a obrigar ao confronto de projectos, a mobilizar a sociedade. Em Portugal estamos a assistir a um cenário perigoso para a democracia, porque em nome da interpretação do interesse nacional, de entendimentos e compromissos (dois palavrões frequentemente repetidos) do centrão político, anunciados desgraçadamente como a necessária e única solução para o país, surge uma pessoa, o actual Presidente da República, cujas culpas nos bloqueios do país não são pequenas, a consagrar a sua reeleição sem se sujeitar a debate na sociedade, evitando assim que os portugueses tomem consciência da situação em que estamos e de possíveis alternativas. Tendo presente que esse entendimento e esse compromisso de que nos falam, não são mais nem menos do que a continuação e o aprofundamento das políticas que deram origem aos bloqueios do país, é caso para estarmos bem alerta e tentarmos inverter a marcha da coisa.

Nas últimas semanas, todo o cenário construído em torno da acção e da forma como agiu o Governo, o PSD e o Presidente da Republica, convergem. O grande centro dos interesses políticos, económicos e financeiros está por detrás deste jogo e nós temos de dizer que não é por aqui o caminho do futuro. É preciso dar sinais fortes neste sentido. As eleições presidenciais devem ser um momento de discussão, onde se apontem caminhos de rotura e onde se apontem projectos alternativos. E, depois há que ter cuidado porque, se a seguir às presidenciais dominadas por aquela estratégia, vem uma crise política como aí desenharam, teremos uma grande aceleração do agravamento dos bloqueios, da “crise” em que já estamos. Ai de nós se não se cria na sociedade portuguesa capacidade para sacudir esse cenário. O processo das presidenciais será um desastre e a crise política a seguir, um desastre ainda maior.

Isto significa que também por razões políticas, há que dar “corda aos sapatos”. Nós, CGTP-IN, não somos um partido político, mas somos no plano social uma grande força, com uma enorme responsabilidade, que pode dar um contributo positivo para evidenciar a relação entre o social e o político, contribuindo para colocar o poder económico no seu lugar. Para nós as opções políticas não são indiferentes. Por isso temos de ser intérpretes activos dos processos políticos.

Camaradas, temos nas últimas semanas um Governo constantemente a fugir das suas responsabilidades. Há muito tempo que o Eng.º Sócrates usa o processo de fazer e vender promessas. Constrói um pacote de medidas e diz: agora é que é! E zanga-se, face a críticas, zanga-se perante os portugueses se estes questionam a verdade daquilo que ele está a dizer. Irrita-se, mas passado uns tempos, torna-se evidente que a sua verdade afinal era mentira. Mas o Primeiro Ministro segue em frente, constrói outro pacote e já está noutra verdade. E foi assim que tivemos o primeiro PEC, com que, segundo ele, se resolvia tudo (antes do PEC tivemos outras promessas). Depois, passado umas semanas, já não há soluções com aquele pacote, é preciso um segundo! E jura que esse é que justifica todos os sacrifícios. Entretanto vem o terceiro e a sua jura de agora é que é a verdadeira! E ainda estão a apresentar os conteúdos do terceiro e já falam de novas matérias que mais parecem linhas gerais de nova edição. São vergonhosas algumas destas coisas que se passam. É preciso denunciá-las!

O Governo não quer assumir sozinho a responsabilidade destas medidas, destas malfeitorias perante o povo, e tenta arranjar parceiros na área em que pode arranjar, na direita, para partilhar responsabilidades. O PSD encena para o povo um não! Eles para apertarem o cinto ao povo estão sempre de acordo, mas se puderem não dão a cara e em algumas matérias de mais sensibilidade perante a sociedade procuram sacudir. E assim um sacode para o outro a ver quem fica com a responsabilidade. E ao Presidente dá-lhe todo o jeito ir alimentando isto, para criar um cenário em que ele surge como salvador, o homem que interpreta “responsavelmente” a necessidade de compromisso. O seu objectivo é ser reeleito como salvador da pátria, não como presidente efectivo de uma república e de uma democracia em que se exige exposição de projectos, confronto de posições, clareza, debate, participação do povo.

Vemos que na preparação do PEC, o relatório da OCDE foi encomendado. Já houve um conhecido economista, antigo governante que conhece bem os membros do Governo, que disse: o Ministro das Finanças participou em trocas de impressões com o autor do relatório. As recomendações do FMI, a chantagem permanente feita a partir da ameaça de poderem intervir em Portugal e outros pronunciamentos exteriores, tudo isso é mais ou menos combinado, ou está implícito à convergência de interesses em que se movem. Uma outra coisa vergonhosa, mas que mostra bem a situação que se vive na Europa quanto à submissão ao neoliberalismo, foi o facto de aparecer o Presidente da Comissão Europeia, que até é oriundo de Portugal, em véspera de apresentação deste PEC, a receitar sacrifícios aos portugueses! É preciso ter falta de vergonha para abertamente se assumir, no plano político, como a voz da agiotagem, da especulação sem controle do sector financeiro que se aplica na Europa, em recomendações contra o povo a que pertence. Entretanto, põem o Presidente do Banco Central a dizer que é preciso rever a legislação do trabalho.

Depois vêm as afirmações do Ministro das Finanças, que é preciso denunciar. Debaixo de uma capa tecnocrática e de capacidade técnica - e o homem até pode saber muito do ponto de vista teórico - o Ministro das Finanças tornou-se o inimigo público número um do povo português e da economia portuguesa. Reparem nas afirmações de ontem, quando diz que o sector privado deve seguir o exemplo dos cortes que o Governo faz nos salários do sector público. Isto dá que pensar! Como é que se pode dinamizar a economia se há uma diminuição de salários? Como se pode distribuir melhor a riqueza se há diminuição dos salários? Como se pode obter mais receitas de impostos se há diminuição dos salários? Como é que se pode sustentar a Segurança Social e a protecção social se há redução dos salários? Como melhorar a vida das pessoas se reduzem a retribuição do trabalho? Isto é uma loucura, uma loucura absoluta! Como se em algum momento da história os patrões tivessem tido a necessidade de apelos para não pagarem salários altos. Mas em algum período da história, o patronato pagou salários maiores do que aquilo que podia? Essas afirmações do Ministro das Finanças são um despiste absoluto e uma aberração política.

O homem pode invocar as suas capacidades todas, e jurar formação democrática, mas de facto tornou-se num intérprete do neo-liberalismo puro e duro. E impressiona e assusta-nos a submissão de um Governo e da força política que o sustenta a uma orientação deste tipo. Repito, O Ministro das Finanças tornou-se no inimigo público número um da economia e do povo português. Com as políticas dele não temos soluções para o futuro de Portugal.

Camaradas, este conjunto de medidas que eles agora avançam é profundamente injusto. Não vou alongar-me muito mais nas reflexões, mas chamo ainda a atenção de dois ou três aspectos. No último PEC aquilo que diz respeito a cortes e sacrifícios dos trabalhadores é tudo bem identificado, contabilizado, sabe-se como é que vai ser aplicado, eles não se esquecem.

Ainda há bocadinho a Ana Avoila me mostrava uma alínea descrevendo em pormenor o conjunto das remunerações a serem consideradas para o corte nos salários dos “novos ricos” que o Governo descobriu, os trabalhadores da Administração Pública que ganham mais de 1.500 euros. Como dizia, em relação àquilo que é cortes para os trabalhadores eles não se esquecem da mínima coisa, mas em relação ao sector financeiro fazem uma afirmação genérica, dizem que vão introduzir algumas medidas, não descrevendo uma única. E como nós sabemos, em regra, as exigências de sacrifícios aos ricos terminam com uma montanha a parir um rato. Será um milagre se isso não acontecer outra vez!

Neste PEC não há nada de combate à fraude e à evasão fiscal e, como sabemos, em nome da crise, nos dois últimos anos fugiram do Orçamento de Estado, por fraude e evasão, milhares de milhões de euros. Não há nada de combate à economia paralela, e pela economia paralela circulam trinta a trinta e cinco mil milhões de euros que se fossem taxados, mesmo que em parte, resolviam muitos problemas. Não há nada em concreto sobre as transacções financeiras. Não há coragem de dizer nada, por exemplo, sobre as mais-valias do negócio da PT com a Vivo. Será que os tais sete mil milhões de euros vão mesmo para um paraíso fiscal e não fica um chavo de impostos neste país? Tantas fontes se podiam utilizar para, com justiça, aumentar as receitas! É possível muitas mais receitas e é possível cortar em despesas em muito lado.

Tudo o que são sacrifícios para os trabalhadores e para o povo eles concretizam, e depois ainda dizem que são corajosos. Camaradas, não são corajosos, o que fazem é vigiar o povo, roubam aquilo que é do povo em favor do capital. Isso não é coragem nenhuma! Coragem seria tomar aquelas medidas e afrontar os ricos e poderosos.

Em nome da defesa do emprego dizem-nos que não se pode aumentar os salários. E nós sabemos que isso é uma trapaça absoluta. Camaradas, a juventude, em regra, só tem trabalho precário e trabalho muito mal remunerado e a juventude tem mais formação escolar, tem mais capacidade física e disponibilidade de tempo, entretanto a juventude tem uma taxa de desemprego que é o dobro da taxa de desemprego média. Ou seja, não é a precariedade e os baixos salários que resolvem o problema do emprego, isso é uma fraude, uma mentira que é preciso denunciar: como é que se quer a resolução dos problemas com medidas destas?

Nós precisamos e de mais e melhor emprego, e o que é proposto? Diminuição de emprego na Administração Pública. Mas, a diminuição de emprego na Administração Pública aumenta o desemprego e provoca mais desemprego em muitos sectores do privado. Nós sabemos que estas medidas provocam recessão, aliás já vieram as agências internacionais – as mesmas que apoiam estas receitas - dizerem que vai haver recessão. Ora se a recessão não permite criar emprego, então como é que se vai sair deste atoleiro?

Tenhamos presente, camaradas, que o Governo não precisou de muitas horas para tornar claro que o sacrifício a ser imposto não é apenas aos trabalhadores da Administração Pública, mas sim aos trabalhadores do sector público no seu todo e, progressivamente, o sacrifício é para todos os trabalhadores. Então, levantemo-nos todos, vamos todos convergir para fazer esta grande Greve Geral, vamos sacudir isto, vamos dizer que conhecemos os problemas do país e que eles têm resposta. É preciso justiça nas medidas relativas às despesas e às receitas, mas é imperioso uma estratégia para defender e criar emprego, para promover o crescimento económico, dinamizando-se actividades produtivas.

Portugal tem uma grande dívida pública, uma grande dívida ao estrangeiro, pois tem! E é preciso pagá-la, é! Mas submetidos a este processo de agiotagem não há solução. Isto é como se eu pedisse a um de vocês um empréstimo para resolver coisas da minha vida e estabelecia

convosco um contrato com taxas de juros, datas e compromissos. Começava a fazer o meu trabalho empenhadamente para resolver a situação e no dia seguinte vocês vinham e diziam: não, hoje alteramos a taxa de juro, já não pagas isto, pagas mais 1%. E amanhã eu continuava a trabalhar empenhadamente, e vocês mais 1%, num processo que nunca mais parava.

Agora interroguemo-nos, porque temos esta dívida pública? Temos esta dívida pública, desde logo, porque neste país se destruiu o sector produtivo, tivemos por isso de passar a comprar muito mais ao estrangeiro por falta de produção nacional. Endividamo-nos, também, porque muito do investimento que podia ter sido feito para modernizar o país foi gasto em obras que não eram prioritárias ou esvaiu-se em negócios pouco claros. Destruiu-se o sector do mar, os transportes marítimos, as pescas, sectores e subsectores metalúrgicos, o sector naval, a agricultura, tudo em nome de uma falsa modernidade.

Depois, nós temos défice público, é claro, e temos de resolver o problema! Temos consciência disso, mas o défice público não foi agravado com o aumento das pensões nem do subsídio de desemprego. Em 2008 tínhamos um défice público de 2.8%, ele passou para 9.3% em 2009, porque se foi ao saco do Orçamento de Estado buscar milhares de milhões de euros para cobrir os desvios ou roubos do sector financeiro e para financiar grandes grupos económicos.

Temos um terceiro problema, o mais grave de todos, que é a sociedade portuguesa encaminhada para um beco por inexistência de um verdadeiro projecto de desenvolvimento. Como disse, construiu-se um falso conceito de modernidade. Durante décadas andou-se a fazer os trabalhadores aceitarem despedimentos, a aceitar as rescisões de contrato, a aceitar os encerramentos totais ou parciais de empresas em nome de que isso era inevitável face às mudanças, à globalização, e a outras tretas. Parecia que o sector produtivo já não tinha lugar no nosso país e que um futuro moderno era uma terciarização abstrata. Andou-se durante décadas a teorizar contra as velhas profissões, contra as carreiras profissionais, contra a necessidade de construir trajectórias profissionais, sempre para desvalorizar o trabalho e para afrontar os direitos dos trabalhadores. Andou-se durante décadas a convencer os portugueses que o consumo, o consumo desmedido, é sinónimo de modernidade. Que grande trapaça! Começou-se a não pagar os salários que eram devidos, usando e abusando da precariedade do trabalho, engajando os trabalhadores e o povo para os créditos “fáceis” e pendurou-se assim grande parte dos trabalhadores e da sociedade portuguesa nas dívidas e dependências múltiplas. E é este falso conceito de modernidade que nós também temos de combater, forçando mudanças e alternativas.

Camaradas, não nos faltam razões, mas também não nos falta confiança, para encararmos o futuro com muita determinação, para continuarmos este projecto da CGTP-IN e o ampliarmos, para darmos dimensão às lutas pequeninas e grandes de todos os dias.

Nestes próximos tempos temos de multiplicar a nossa capacidade criativa, criar uma dinâmica social forte. Vamos, em 24 de Novembro, em favor dos interesses e direitos dos trabalhadores, em favor do povo português, em defesa dos interesses das gerações mais jovens, em favor do interesse nacional, dar a resposta necessária para sacudir esta situação que estamos a viver e para apontar as mudanças e caminhos de futuro que são necessários, realizando uma grande Greve Geral. Contamos convosco, contamos com milhões de trabalhadores portugueses para ganhar esta importante batalha

Vivam os trabalhadores portugueses, viva a CGTP-IN, a Luta continua!

Lisboa, 1 de Outubro de 2010